

EDITORIAL

É com grande satisfação que a Associação Paulista de Estudos Tributários (APET) apresenta o 51º número de sua *Revista de Direito Tributário*, consolidando uma trajetória editorial caracterizada pelo rigor científico, pela diversidade metodológica e pelo compromisso com o aprimoramento do sistema tributário brasileiro.

Dando sequência ao marco representado pelo 50º número, mantemos nossa missão de oferecer um espaço qualificado para o debate acadêmico. Reunimos estudos que analisam tanto as mudanças normativas em andamento – especialmente no contexto da Emenda Constitucional n. 132/2023 – quanto os desafios interpretativos e estruturais enfrentados por estudiosos, profissionais e instituições diante da transição para um novo modelo de tributação sobre o consumo.

Esta edição apresenta, em sua seção de **Autores convidados**, os vencedores do “Prêmio Alcides Jorge Costa – Reflexões sobre a Reforma Tributária do Consumo”, promovido pela APET em 2024. Instituído em homenagem ao ilustre jurista que influenciou gerações de tributaristas com seu rigor conceitual e dedicação ao ensino, o prêmio reuniu jovens pesquisadores de todo o País, reafirmando o compromisso da APET com a renovação crítica da doutrina tributária brasileira.

Kelzer Schneider Hernandes, vencedora do primeiro lugar, apresenta um estudo que retoma os fundamentos estabelecidos por Alcides Jorge Costa, para analisar criticamente o Projeto de Lei Complementar n. 68/2024. Maceno Lisboa da Silva, laureado com o segundo lugar, examina as complexas relações entre neutralidade e não cumulatividade no novo modelo do IBS e da CBS. Gabriel Almeida Viana, terceiro colocado, oferece uma reflexão perspicaz sobre a indeterminação normativa e a proteção da confiança no período de transição tributária.

Complementam a seção as valiosas contribuições de Cristiano Carvalho e Gabriela Cabral Pires, que exploram os critérios de seletividade fiscal à luz da análise de impacto regulatório, e de Maria Helena Tavares de Pinho Tinoco Soares, que traz uma proposta inovadora de mediação na esfera tributária.

A seção de **Artigos** apresenta um conjunto substancial de contribuições submetidas ao rigoroso sistema de avaliação *double-blind peer review*, por pareceristas *ad hoc*, mantendo o elevado padrão de qualidade que caracteriza nossa publicação. Ana Carolina Ali Garcia e Alexandre Aboud abordam o contencioso judicial relacionado ao IBS e à CBS, enquanto Antonio Carlos de Souza Jr. investiga a natureza jurídica dessas exações e seus impactos nos honorários de sucumbência. Antonio Lopo Martinez propõe uma conexão entre simplicidade tributária e inovação tecnológica como forma de aperfeiçoar o *compliance* e reduzir litígios.

As particularidades do novo regime constitucional também são objeto de análise por Bruno Augusto França Guimarães e Rubem Rodrigues Soares Neto, que examinam a natureza jurídica dos regimes diferenciados; e por Bruno Nogueira Rebouças e Eduardo Soares de Melo, que enfrentam o complexo conflito de competências entre União Federal (IPI) e Municípios (ISS) no caso da impressão 3D. Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho analisa os incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus sob a perspectiva da importação, enquanto Eduardo Radies Adames e Carlos Henrique Machado aprofundam a discussão sobre a prescrição intercorrente no processo administrativo tributário.

A ADI n. 7.720 é tema do parecer de Fabio Brun Goldschmidt, que apresenta uma interpretação minuciosa sobre seus impactos constitucionais. José Alves Fogaça Neto e Marcelo Henrique Nossa revisitam o tema da industrialização por encomenda, agora sob o prisma da incidência de ISS ou ICMS. Lina Braga Santin Cooke e Guilherme Fernandes Cooke refletem sobre a natureza dos fundos de investimento e sua tributação, enquanto Luciano Gonçalves Faria Júnior examina os limites compensatórios de prejuízos fiscais nos mecanismos alternativos de resolução de conflitos.

O Tema n. 1.237 do STJ, referente aos juros calculados pela Taxa Selic recebidos em face de repetição de indébito tributário compondo a base de cálculo do PIS/Cofins, é estudado por Marcos Aurélio Pereira Valadão, Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy e Phillip Handow Krauspenhar. Na sequência, Marília Cavagni, Tatiana Junger e José Guilherme Costa analisam os excessos normativos na Zona Franca de Manaus, com ênfase em seus efeitos extrafiscais. Osvaldo Santos de Carvalho e Carolina Botosso criticam o uso desproporcional de sanções fiscais como mecanismo para a garantia da conformidade tributária no Brasil.

Ramon Tomazela Santos apresenta um panorama técnico sobre a tributação de rendimentos de artistas e desportistas no contexto de tratados internacionais. Por fim, Vinicius Vicentin Caccavali e Edison Carlos Fernandes encerram esta edição com um estudo sobre os “tributos verdes”, instrumentos tributários voltados à promoção de condutas ambientalmente responsáveis.

O 51º número da *Revista de Direito Tributário da APET* reafirma nosso compromisso editorial de oferecer à comunidade acadêmica e profissional uma visão aprofundada, crítica e interdisciplinar do Direito Tributário. Convidamos os leitores a explorarem as perspectivas apresentadas pelos autores, certos de que os debates aqui suscitados contribuirão para a construção de um sistema fiscal mais justo, racional e alinhado aos princípios constitucionais republicanos.

Boa leitura!

Os Editores